



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

**ATA DA 4^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE
PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DE ALAGOAS**

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco (13/2/2025), às onze horas (11h); realizou-se a 4ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, em formato de híbrido, presencialmente na sala Joubert Câmara Scala, localizada no 4º andar do edifício-sede, e virtualmente por meio de sistema eletrônico de videoconferência. Compareceram presencialmente o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Walber José Valente de Lima, Vicente Felix Correia, Marcos Mero, Valter José de Omena Acioly, Denise Guimarães de Oliveira, Helder de Arthur Jucá Filho, Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos, Neide Maria Camelo da Silva, Luiz José Gomes Vasconcelos, Silvana de Almeida Abreu e Sandra Malta Prata Lima. Presentes virtualmente os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Isaac Sandes Dias, Maria Marluce Caldas Bezerra e Sérgio Amaral Scala. Ausente justificadamente, por se encontrar em gozo de férias, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes, bem como ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Maurício André Barros Pitta. Inicialmente, o Presidente agradeceu a presença de todos e, confirmado o quórum necessário, declarou aberta a sessão. Em seguida, fez-se a leitura da ordem do dia, a saber: 1. Ata da 3ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça em 2025; 2. Ata da 3ª Reunião Extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça em 2025; 3. Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2024 (para conhecimento). Interessada: Diretoria Financeira da Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: Encaminhamento de informações; 4. GED n. 20.08.0284.0003926/2024-05. Interessados: Promotores de Justiça. Assunto: Requerimento de providências (devolução de vista); 5. GED n. 20.08.1365.0003635/2023-89. Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: Encaminhamento de informações. Quanto ao item 1, após regular apreciação, a Ata da 3ª Reunião Ordinária do CPJ em 2025 foi conhecida e aprovada por unanimidade pelo colegiado. Quanto ao item 2, após regular apreciação, a Ata da 3ª Reunião Extraordinária do CPJ em 2025 foi conhecida e aprovada por unanimidade pelo colegiado. Quanto ao item 3,



3 **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**
4 **COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

39 o Presidente informou que a matéria versa sobre o encaminhamento de
40 informações relacionadas à execução orçamentária do Ministério Público
41 referente ao 3º Quadrimestre de 2024. Disse que o relatório apresentado
42 visa efetivar os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal e dar
43 conhecimento aos integrantes do colegiado da execução orçamentária do
44 Ministério Público. O Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de
45 2024 foi conhecido pelo colegiado. Quanto ao **item 4**, o Presidente
46 esclareceu que os autos foram encaminhados inicialmente à Comissão
47 Permanente de Assuntos Institucionais e Administrativos do CPJ. Informou
48 que a matéria foi posta em pauta e o Excelentíssimo Procurador de Justiça
49 Isaac Sandes Dias pediu vista do processo. Afirmou que o voto-vista
50 proferido pelo Excelentíssimo Procurador de Justiça Isaac Sandes Dias
51 expressa integral concordância com a manifestação da Comissão
52 Permanente de Assuntos Institucionais e Administrativos do CPJ. Passou a
53 palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Marcos Mero, Presidente
54 da Comissão Permanente de Assuntos Institucionais e Administrativos do
55 CPJ. Com a palavra, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Marcos Mero
56 informou que o processo em análise versa sobre requerimento feito por
57 alguns Promotores de Justiça em que pleiteiam a implementação da
58 simetria remuneratória constitucional entre membros do Ministério Público
59 e os magistrados do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas. Mencionou
60 que o seu voto foi previamente distribuído a todos os integrantes do
61 colegiado. Fez a leitura da parte conclusiva do voto, pelo conhecimento da
62 matéria com o indeferimento das medidas administrativas pleiteadas.
63 Sugeriu, com base na relevância institucional do tema, que o Conselho
64 Nacional do Ministério Público, por meio de suas Comissões de
65 Preservação da Autonomia do Ministério Público e Controle
66 Administrativo e Financeiro, fosse comunicado sobre a decisão proferida
67 nesses autos. Colocado em votação, o colegiado por unanimidade seguiu o
68 voto proferido pelo Excelentíssimo Procurador de Justiça Marcos Mero,
69 Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Institucionais e
70 Administrativos do CPJ. Quanto ao **item 5**, o Excelentíssimo Presidente
71 afirmou que o expediente em análise visa submeter ao colegiado a
72 incidência da Resolução CPJ n. 19/2023, de modo a redefinir os valores
73 dos subsídios dos membros do Ministério Público do Estado de Alagoas, de
74 acordo com as previsões da Lei n. 14.520, de 9 de janeiro de 2023. Disse
75 que a implantação da medida deverá ocorrer no mês de março do corrente
76 ano. A matéria foi aprovada por unanimidade pelo colegiado. Em seguida,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

77 o Presidente indagou se algum dos Procuradores de Justiça gostaria de
78 inserir nova matéria em pauta. Não havendo manifestações, o Presidente
79 deu por encerrada a pauta. Adentrando à fase de comunicações, a
80 Excelentíssima Procuradora de Justiça Maria Marluce Caldas Bezerra
81 parabenizou a Excelentíssima Procuradora de Justiça Neide Maria Camelo
82 da Silva por seu aniversário. Ressaltando que a aniversariante foi a
83 primeira mulher a presidir a Associação de Membros do Ministério Público
84 de Alagoas – AMPAL. Enalteceu sua atuação funcional. Desejou-lhe
85 muitas felicidades. Passada a palavra à Excelentíssima Procuradora de
86 Justiça Neide Maria Camelo da Silva, esta agradeceu as carinhosas
87 palavras. Com a palavra, o Excelentíssimo Presidente felicitou a
88 aniversariante e expressou plena concordância com a manifestação da
89 Excelentíssima Procuradora de Justiça Maria Marluce Caldas Bezerra. Em
90 seguida, o Presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos e
91 declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura desta Ata que fiz e
92 rubriquei como Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça,
93 Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça, _____ sob
94 a conferência e assinatura do Excelentíssimo Senhor Presidente da Sessão.

Lean Antônio Ferreira de Araújo
Procurador-Geral de Justiça
Presidente da Sessão



Data de disponibilização: 21 de março de 2025

Edição nº 1333

ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA
Assessora de Gabinete do Ministério Público de Alagoas
Gabinete do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

Colégio de Procuradores de Justiça

Atas de Reunião

ATA DA 4^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco (13/2/2025), às onze horas (11h), realizou-se a 4^a Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, em formato de híbrido, presencialmente na sala Joubert Câmara Scala, localizada no 4º andar do edifício-sede, e virtualmente por meio de sistema eletrônico de videoconferência. Compareceram presencialmente o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Walber José Valente de Lima, Vicente Felix Correia, Marcos Mero, Valter José de Omena Acioly, Denise Guimarães de Oliveira, Helder de Arthur Jucá Filho, Kícia Oliveira Cabral de Vasconcelos, Neide Maria Camelo da Silva, Luiz José Gomes Vasconcelos, Silvana de Almeida Abreu e Sandra Malta Prata Lima. Presentes virtualmente os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Isaac Sandes Dias, Maria Marluce Caldas Bezerra e Sérgio Amaral Scala. Ausente justificadamente, por se encontrar em gozo de férias, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes, bem como ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Mauricio André Barros Pitta. Inicialmente, o Presidente agradeceu a presença de todos e, confirmado o quórum necessário, declarou aberta a sessão. Em seguida, fez-se a leitura da ordem do dia, a saber: 1. Ata da 3^a Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça em 2025; 2. Ata da 3^a Reunião Extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça em 2025; 3. Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2024 (para conhecimento). Interessada: Diretoria Financeira da Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: Encaminhamento de informações; 4. GED n. 20.08.0284.0003926/2024-05. Interessados: Promotores de Justiça. Assunto: Requerimento de providências (devolução de vista); 5. GED n. 20.08.1365.0003635/2023-89. Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: Encaminhamento de informações. Quanto ao item 1, após regular apreciação, a Ata da 3^a Reunião Ordinária do CPJ em 2025 foi conhecida e aprovada por unanimidade pelo colegiado. Quanto ao item 2, após regular apreciação, a Ata da 3^a Reunião Extraordinária do CPJ em 2025 foi conhecida e aprovada por unanimidade pelo colegiado. Quanto ao item 3, o Presidente informou que a matéria versa sobre o encaminhamento de informações relacionadas à execução orçamentária do Ministério Público referente ao 3º Quadrimestre de 2024. Disse que o relatório apresentado visa efetivar os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal e dar conhecimento aos integrantes do colegiado da execução orçamentária do Ministério Público. O Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2024 foi conhecido pelo colegiado. Quanto ao item 4, o Presidente esclareceu que os autos foram encaminhados inicialmente à Comissão Permanente de Assuntos Institucionais e Administrativos do CPJ. Informou que a matéria foi posta em pauta e o Excelentíssimo Procurador de Justiça Isaac Sandes Dias pediu vista do processo. Afirmou que o voto-vista proferido pelo Excelentíssimo Procurador de Justiça Isaac Sandes Dias expressa integral concordância com a manifestação da Comissão Permanente de Assuntos Institucionais e Administrativos do CPJ. Passou a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Marcos Mero, Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Institucionais e Administrativos do CPJ. Com a palavra, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Marcos Mero informou que o processo em análise versa sobre requerimento feito por alguns Promotores de Justiça em que pleiteiam a implementação da simetria remuneratória constitucional entre membros do Ministério Público e os magistrados do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas. Mencionou que o seu voto foi previamente distribuído a todos os integrantes do colegiado. Fez a leitura da parte conclusiva do voto, pelo conhecimento da matéria com o indeferimento das medidas administrativas pleiteadas. Sugeriu, com base na relevância institucional do tema, que o Conselho Nacional do Ministério Público, por meio de suas Comissões de Preservação da Autonomia do Ministério Público e Controle Administrativo e Financeiro, fosse comunicado sobre a decisão proferida nesses autos. Colocado em votação, o colegiado por unanimidade seguiu o voto proferido pelo Excelentíssimo Procurador de Justiça Marcos Mero, Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Institucionais e Administrativos do CPJ. Quanto ao item 5, o Excelentíssimo Presidente afirmou que o expediente em análise visa submeter ao colegiado a incidência da Resolução CPJ n. 19/2023, de modo a redefinir os valores dos subsídios dos membros do Ministério Público do Estado de Alagoas, de acordo com as previsões da Lei n. 14.520, de 9 de janeiro de 2023. Disse que a implantação da medida deverá ocorrer no mês de março do corrente ano. A matéria foi aprovada por unanimidade pelo colegiado. Em seguida, o Presidente indagou se algum dos Procuradores de Justiça gostaria de inserir nova matéria em pauta. Não havendo manifestações, o Presidente deu por encerrada a pauta. Adentrando à fase de comunicações, a Excelentíssima Procuradora de Justiça Maria Marluce Caldas Bezerra parabenizou a Excelentíssima Procuradora de Justiça Neide Maria Camelo da Silva por seu aniversário. Ressaltando que a aniversariante foi a primeira mulher a presidir a Associação de Membros do Ministério Público de Alagoas – AMPAL. Enalteceu sua atuação funcional. Desejou-lhe muitas felicidades. Passada a palavra à Excelentíssima Procuradora de Justiça Neide Maria Camelo da Silva, esta agradeceu as carinhosas palavras. Com a palavra, o Excelentíssimo Presidente



Data de disponibilização: 21 de março de 2025

Edição nº 1333

felicitou a aniversariante e expressou plena concordância com a manifestação da Excelentíssima Procuradora de Justiça Maria Marluce Caldas Bezerra. Em seguida, o Presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura desta Ata que fiz e rubriquei como Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça, _____ sob a conferência e assinatura do Excelentíssimo Senhor Presidente da Sessão.

Lean Antônio Ferreira de Araújo
Procurador-Geral de Justiça
Presidente da Sessão

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco (13/2/2025), às onze horas e trinta minutos (11:30h), realizou-se a 4ª Reunião Extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, em formato de híbrido, presencialmente na sala Joubert Câmara Scala, localizada no 4º andar do edifício-sede, e virtualmente por meio de sistema eletrônico de videoconferência. Compareceram presencialmente o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Walber José Valente de Lima, Vicente Felix Correia, Marcos Mero, Valter José de Omêna Acioly, Denise Guimarães de Oliveira, Helder de Arthur Jucá Filho, Neide Maria Camelo da Silva, Luiz José Gomes Vasconcelos, Silvana de Almeida Abreu e Sandra Malta Prata Lima. Presentes virtualmente os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Isaac Sandes Dias, Maria Marluce Caldas Bezerra e Sérgio Amaral Scala. Ausente justificadamente, por se encontrar em gozo de férias, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes, bem como ausente, justificadamente, os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Maurício André Barros Pitta e Kícia Oliveira Cabral de Vasconcelos. Inicialmente, o Presidente agradeceu a presença de todos e informou que a reunião do colendo Colégio de Procuradores de Justiça possui a finalidade de efetuar a entrega dos certificados de reconhecimento aos membros idealizadores das boas práticas eleitas na 2ª edição do Prêmio Boas Práticas com Resultados Sociotransformadores. Afirmou que o referido Prêmio foi instituído por meio da Resolução CPJ n. 28/2023, com o escopo de estimular, reconhecer e divulgar ações idealizadas por membros do MPAL na área-fim que possibilitem transformações positivas na sociedade. Elogiou todas as boas práticas inscritas na premiação. Elencou as 3 (três) boas práticas escolhidas, a saber: 1 – Realização de atividades extrajudiciais voltadas à garantia e concretização dos direitos da pessoa idosa, idealizada pelo Excelentíssimo Promotor de Justiça Alex Almeida Silva, 2 – Realização de atividades extrajudiciais e judiciais voltadas à garantia de efetividade de direitos fundamentais dos adolescentes e jovens em conflito com a lei, idealizada pela Excelentíssima Promotora de Justiça Marília Cerqueira Lima; e 3 – Agenda Resolutiva: Apoio aos animais afetados pelo desastre da Braskem; idealizada e executada pelos Excelentíssimos Promotores de Justiça Alberto Fonseca, Lavânia Silveira de Mendonça Fragoso e Kleber Valadares Coelho Junior e pelos Excelentíssimos integrantes do Programa de Apoio aos animais afetados pelo desastre da Braskem, Professor Pierre Barnabé, Coordenador do Grupo de Pesquisa e Extensão de Equídeos e Saúde Integrativa da Universidade Federal de Alagoas, Samira Barros, Diretora do Canal de adoção “focinho responsável”, Walma Emanuelle Maria Gonçalves, Adriana Alves, Letícia Lira, respectivamente Presidente, Vice-Presidente e Secretária-Geral Adjunta da Comissão de Bem-Estar Animal da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Alagoas, e Zamira Zaidan, Veterinária da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Alagoas. Parabenizou os Excelentíssimos Promotores de Justiça e todas as pessoas envolvidas na efetivação das boas práticas premiadas. Na sequência, convidou a Excelentíssima Procuradora de Justiça Neide Maria Camelo da Silva para entregar os certificados aos Excelentíssimos Promotores de Justiça Alberto Fonseca, Lavânia Silveira de Mendonça Fragoso e Kleber Valadares Coelho Junior e aos representantes da Universidade Federal de Alagoas, do Canal de Adoção e da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Alagoas, integrantes do Programa de Apoio aos animais afetados pelo desastre da Braskem. Na sequência, o Presidente convidou a Excelentíssima Procuradora de Justiça Silvana de Almeida Abreu para entregar o certificado à Excelentíssima Promotora de Justiça Marília Cerqueira Lima. Convidou as Excelentíssimas Procuradoras de Justiça Denise Guimarães de Oliveira e Sandra Malta Prata Lima para entregarem o certificado ao Excelentíssimo Promotor de Justiça Alex Almeida. Após, fizeram uso da palavra os Excelentíssimos Promotores de Justiça Alberto Fonseca, Lavânia Silveira de Mendonça Fragoso, Marília Cerqueira Lima, Alex Almeida Silva e Kleber Valadares Coelho Junior. Após, manifestaram-se o Excelentíssimo Professor Pierre Barnabé e a Excelentíssima Advogada Walma Emanuelle Maria Gonçalves. Com a palavra, o Excelentíssimo Presidente expressou orgulho pelos agentes ministeriais agraciados e do resultado obtido com a efetivação das boas práticas. Destacou a importância de produção de conhecimento no âmbito universitário, bem como a necessária interligação de entes públicos e privados para o desenvolvimento de atividades solucionadoras de problemas sociais. Em seguida, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura desta Ata que fiz e rubriquei como Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça, _____ sob a conferência e assinatura do Excelentíssimo Senhor Presidente da Sessão.

Lean Antônio Ferreira de Araújo